DIREITO E ÉTICA NA CIBERSEGURANÇA

Pós-Graduação em Cibersegurança e Informática Forense

Código: 124006

Área Cientifica Predominante: Ciências Jurídico-Fundamentais

Docente: Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 20h Carga Trabalho: 60h

ECTS: 3,0

Objetivos

Fornecer ensinamentos básicos mas também mais complexos no que diz respeito às normas e regimes jurídicos propostos para a cibersegurança com ética e ao sancionamento do cibercrime, tendo por objectivo o desempenho profissional e eficiente dos alunos, não prejudicando a conexão próxima que existe entre os problemas técnicos e jurídicos nestas áreas, assim como proporcionar um diálogo com frutos entre utilizadores da informática, Magistrados, advogados e agentes policiais.

Resultados da Aprendizagem

No final do semestre, os alunos deverão ser capazes de:

1 - Identificar e distinguir diversos direitos e deveres na cibersegurança com ética;

2 - Compreender o lugar sistemático dos direitos e deveres na cibersegurança com ética e compreender o lugar sistemático dos direitos e deveres processuais no contexto da cibersegurança com ética;

3 - Conhecer e compreender os princípios fundamentais de ordenação do domínio da cibersegurança com ética;

4 - Compreender as diferenças entre o mundo do direito substantivo e do direito adjectivo na cibersegurança com ética através da compreensão do direito material e direito adjetivo e direito sancionatório que vivem dentro deles;

5 - Identificar o papel da jurisprudência e da doutrina na disciplina do direito da cibersegurança com ética;

6 - Desenvolver a capacidade de análise e de síntese;

7 - Aplicar os conhecimentos e competências adquiridos na resolução de casos de uma certa complexidade;

8 - Resolver problemas que envolvem a cibersegurança com ética;

9 - Adquirir os conhecimentos e competências essenciais na área do direito da cibersegurança com ética em sentido amplo.

Conteúdos Programáticos

· Direito no contexto da segurança informática;

· Crime informático e cibercrime;

· Ética e deontologia profissional

1. A Cibersegurança e o Cibercrime na Sociedade em Rede

1.1. a Sociedade da Informação, o Ciberespaço e a Sociedade em Rede;

1.2. a Governação da Sociedade em Rede, princípios estruturantes;

1.3. a Relevância da Cibersegurança e do “Combate” ao Cibercrime na Sociedade em Rede

2. O Direito da Cibersegurança

2.1. as Fontes Europeias, Internacionais e Portuguesas em matéria de Cibersegurança;

2.2. a segurança das infraestruturas críticas e das redes e sistemas;

2.3. a segurança nas comunicações electrónicas;

2.4. a segurança no tratamento de dados pessoais;

2.5. a segurança no acesso aos sistemas e a segurança dos conteúdos;

3. O Direito do Cibercrime

3.1. as Fontes Internacionais, Europeias e Portuguesas em matéria de Cibercrime;

3.2. os crimes relativos a redes e a sistemas;

3.3. os crimes contra a privacidade e a proteção de dados;

3.4. os crimes de ódio e os crimes contra as crianças

3.5. os crimes contra o património e a confiança;

3.6. a monitorização nas redes e o acesso a metadados.

Direito e Ética na Cibersegurança

· Propriedade intelectual da informação no contexto digital (mensagens electrónicas, redes sociais, informação pessoal armazenada na Cloud-Nuvem, entre outros);

· Privacidade;

· Responsabilidade civil dos provedores de Internet e das empresas responsáveis pelas plataformas utilizadas na proteção da informação pessoal;

· Jurisdição na internet.e: tribunal competente, lei aplicável e meios alternativos de resolução de litígios;

· Comércio electrónico;

Bibliografia Recomendada

- AA.VV. (2ª Edição, Julho de 2022), Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo II, Volume I, Art.s 202º A 254º, Fundador Jorge de Figueiredo Dias, Director Manuel da Costa Andrade, Coimbra Editora, Coimbra;

- Bandeira, Gonçalo S. de Melo (2004), in "Responsabilidade Penal Económica e Fiscal dos Entes Colectivos-à volta das sociedades comerciais ou sociedades civis sob a forma comercial", Almedina, Coimbra;

- Bandeira, Gonçalo S. de Melo (2011 e 2016), in «Abuso de Informação, Manipulação do Mercado e Responsabilidade Penal das 'Pessoas Colectivas' § 'Tipos Cumulativos' e Bens Jurídicos Colectivos na 'Globalização' ", Publicação Revista e Ampliada com Texto Extra, Editora Juruá, 5ª Edição, Lisboa;

- Bandeira, Gonçalo S. de Melo (2024), Lições de Direito e Ética na Cibersegurança, Mestrado em Cibersegurança Aplicada e Pós-Graduação em Cibersegurança e Informática Forense, Escola Superior de Tecnologia, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Minho, Barcelos;

- Costa, José Faria (2008), Direito Penal da Comunicação (Alguns escritos). Coimbra: Coimbra Editora;

- Gouveia, Jorge Bacelar (2018), Direito da Segurança - Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo. Coimbra: Almedina;

- Meulen, Nicole van der; JO, Eun A. SOESANTO, Stefan (2015). Cybersecurity in the European Union and Beyond: Exploring the Threats and Policy Responses. RAND Europe / Parlamento Europeu

- Rodrigues, Benjamin Silva (2011). Da Prova Penal, T. IV, Da Prova-Electrónico-Digital e da Criminalidade Informático-Digital. Lisboa: Rei dos Livros, Lisboa;

- Santos, José Lino (2011). Contributos para uma melhor governação da cibersegurança em Portugal. Universidade Nova de Lisboa

- Verdelho, Pedro et al. (2003). Leis do Cibercrime, Vol. I. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico;

- Viana, Vítor D. Rodrigues et al. (2013). Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço. IDN Cadernos, n.º 12.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

O programa busca abarcar as disciplinas jurídicas positivadas, sejam nacionais, europeias ou internacionais, no contexto da cibersegurança com ética e do cibercrime, por forma a colocar os fundamentos para um eficiente desempenho profissional avançado dos alunos com a formação.

Métodos de Avaliação

1. Objectivo: elaboração de um trabalho escrito individual sobre um dos temas constantes de lista a fornecer no

âmbito do Direito e Ética na Cibersegurança, tendo em consideração uma perspectiva, directa ou indirecta, de Cibersegurança e Informática Forense; e respectiva apresentação oral em data a combinar. Valoração total da nota final: entrega de trabalho escrito e defesa oral: 90%; assiduidade e atenção nas aulas e participação construtiva: 10%.